

Aprovados

21 NOV 1985

anexos do orçamento

Com apenas nove deputados no plenário e aproveitando-se da ausência dos malufistas, que vêm tentando obstruir as votações, o Congresso aprovou ontem em dez minutos, 12 dos 32 subanexos da proposta do orçamento fiscal para 86, que estabelece receitas e despesas em Cr\$ 656,1 trilhões. A sessão foi aberta às 10 horas, quando estava ocorrendo uma reunião da executiva do PDS. Como não havia nenhum orador inscrito para discutir a matéria, devido ao número reduzido de parlamentares presentes, os subanexos foram aprovados por voto de lideranças.

Só havia um senador no plenário, Passos Porto (PDS/SE), que presidia os trabalhos. Esgotada a primeira parte da votação (os 12 subanexos), ele encerrou a sessão e abriu imediatamente uma outra para votar os outros subanexos da proposta orçamentária. A esta altura, no entanto, os parlamentares do PDS já haviam chegado ao plenário, e não houve como evitar a obstrução: o deputado Adail Vettorazzo, depois de inúmeros protestos, conseguiu que se encerrassem a sessão, por falta de quorum.

Durante essa segunda sessão, a proposta orçamentária do Governo acabou passando em segundo plano: no período de breves comunicações, antes do encerramento dos trabalhos por falta de quorum, vários parlamentares aproveitaram para discutir a liquidação dos bancos Comind, Auxiliar e Maissonave.

Encerrada a sessão, o senador Passos Porto chamou os deputados do PDS, Adail Vettorazzo e Leorne Belém num canto. E comentou:

— Tentando obstruir a aprovação, sabem quem sai perdendo com isso? Somos nós, os parlamentares, porque não serão liberadas nossas subvenções.

A Constituição estabelece que, se o orçamento fiscal não for aprovado pelo Congresso até o próximo dia 30, é automaticamente convertido em lei. Se houver a promulgação sem a aprovação do Congresso, os parlamentares perdem o direito a dar subvenções, incluídas nas dotações do orçamento ao Congresso e grande arma eleitoral.